

**PONTES, Ana Lúcia de Moura;
HACON, Vanessa; TERENA,
Luiz Eloy; SANTOS, Ricardo
Ventura (orgs.). *Vozes indígenas
na saúde: Trajetórias, memórias
e protagonismos*. Belo Horizonte:
Piseagrama, 2022.**

Gilliard de Oliveira Justino

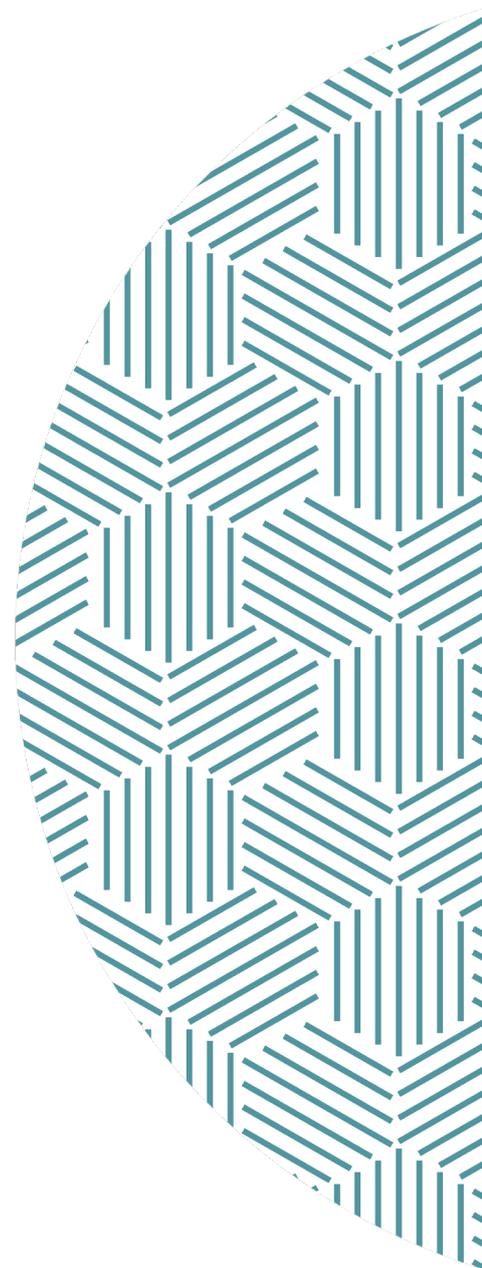
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

E-mail: oliveiracg2@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5367-0986>



maloca
revista de estudos indígenas



Resumo

Resenha da obra *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismo*, organizada por Ana Lúcia de Moura Pontes, Vanessa Hacon, Luiz Eloy Terena e Ricardo Ventura Santos.

Palavras-chave: Saúde Pública; Saúde Indígena; Direito dos Povos Indígenas; Direitos Fundamentais; Sistema Único de Saúde.

Abstract

Book review of *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismo*, organized by Ana Lúcia de Moura Pontes, Vanessa Hacon, Luiz Eloy Terena and Ricardo Ventura Santos.

Keywords: Public Health; Indigenous health; Indigenous Rights; Fundamental Rights; Unified Health System.

O livro *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*, organizado por Ana Lúcia de Moura Pontes (Fundação Oswaldo Cruz), Vanessa Hacon (Universidade de Brasília), Luiz Eloy Terena (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e Ricardo Ventura (Fiocruz) é parte do projeto de pesquisa “Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Perspectivas Históricas, Socioculturais e Políticas”, realizado na Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. Nas palavras dos organizadores, *Vozes indígenas na saúde* objetiva “evidenciar o protagonismo indígena na elaboração, estruturação e implementação da política de saúde indígena no Brasil” (Pontes *et al.* 2022: 11). O livro é uma reafirmação da posição dos diversos povos indígenas na discussão sobre acesso à saúde.

Em termos estruturais, o livro é composto por 13 depoimentos de lideranças indígenas – 9 homens e 4 mulheres – de territórios diversos do Brasil, em especial das regiões Norte e Nordeste. Além do texto de apresentação e de uma nota sobre as escolhas metodológicas e peculiaridades da pesquisa, tem-se um capítulo em que os ativistas Célia Xakriabá e Luiz Eloy Terena debatem os diversos assuntos que emergem das narrativas históricas, relacionando-as com o momento atual da luta indígena.

Para a construção de um panorama histórico, os pesquisadores partiram de uma costura de histórias pessoais que emergem, se confundem e se mesclam com a caminhada do ativismo indígena no Brasil. Para isso, a abordagem metodológica centrou-se em um derivativo da História Oral: a *história de vida focal*. Pelas palavras dos organizadores, é possível perceber um duplo movimento na escolha dessa forma de trabalho. Por um lado, ao acessar as experiências, narrativas e pontos de vista de cada um dos entrevistados, consegue-se traçar os paralelos, choques e entrelaçamentos dos relatos como forma de montar um quadro ampliado do momento histórico em que todos estavam inseridos. Por outro lado, a oralidade implícita no formato de apresentação dos depoimentos – mantidos em primeira pessoa – também lhes devolve um protagonismo que as narrativas hegemônicas – construídas em torno de um ideário da passividade indígena que exigiria um processo de “tutela” por parte do Estado – insistem em usurpar.

Antes de abordar o livro em si, é necessário perceber que o período de construção dessa obra talvez tenha sido o mais desafiador às populações indígenas desde a redemocratização. Entre 2016 e 2022, viveu-se sobre a égide de governos alinhados a um discurso anti-indigenista. Se durante o governo de Michel Temer (2016 – 2018) o ataque se



PONTES, Ana Lúcia de Moura; HACON, Vanessa; TERENA, Luiz Eloy; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, 2022.

deu a partir da tática do descaso deliberado e da utilização da burocracia administrativa como forma de suprimir direitos, principalmente no que se refere às demarcações de terra¹, com o governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022) tem-se uma gestão que apresentou e efetivou um discurso e uma política anti-indigenista em sua face mais dura. Essa foi centrada tanto no completo abandono dos mecanismos e instituições de proteção – paralisação das demarcações, sucateamento e aparelhamento militar da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), entre outros –, como nas relações abertamente estabelecidas e de incentivo a setores do garimpo e da “agroexploração” (pecuária, monoculturas, extrativismo de exportação etc.), que se sentiram livres para uma atuação virulenta contra os diversos povos.

A emergência da pandemia da Covid-19 aumentou exponencialmente esses impactos, expondo a estrutura sistematicamente suca-teada e a deliberada atuação governamental contra os diversos povos e minorias sociais. O ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 no STF, articulada pela APIB, foi um ponto de virada no enfrentamento da política negacionista e anti-indigenista do governo.² Mesmo agora, com o advento de um governo de cores e discurso progressista³, e com as novas possibilidades que se apresentam, os velhos desafios ainda persistem, como as idas e vindas legislativas e judiciárias da discussão sobre o chamado “Marco Temporal”. Como é possível perceber a partir da leitura de *Voices Indígenas na Saúde*, as articulações entre os diversos povos e entre esses e diversas Organizações da Sociedade Civil, ao longo do tempo, são fundamentais para a mobilização rápida nesses períodos de enfrentamento.

Retornando ao tema da organização do livro, ele permite uma abordagem que foge da tradição das resenhas. Aqui, não percorreremos o livro capítulo a capítulo, mas sim a partir de uma das suas principais características: a reafirmação de algumas temáticas, que se entrelaçam com os diversos depoimentos. Da miríade de temáticas que surgem nas histórias apresentadas, destacam-se a seguir aquelas que aparecem com maior impacto ao longo da obra.

“Se você não tem terra, você não tem saúde.”

O primeiro ponto se refere a uma construção mais ampla do sentido e significado que se dá, entre os diversos povos indígenas, ao processo saúde-

1. Em setembro de 2017, em carta direcionada à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), 48 organizações indígenas e não governamentais denunciaram o agravamento das violações aos direitos humanos de povos indígenas no Brasil durante o governo Temer. Na carta, as entidades apontam a leniência do governo com o aumento da violência contra povos indígenas em diversas partes do país, a implementação de atos administrativos que acabavam por restringir os direitos dos povos, bem como a dificuldade de diálogo com órgãos governamentais (CIMI, 2017).

2. Para uma visão mais aprofundada da questão, ver Alarcon *et al.* (2022).

3. A presente resenha, produzida no segundo semestre de 2023, insere-se em um momento histórico ímpar para os diversos povos indígenas. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva, centrada em parte em um discurso de proteção de minorias sociais e do meio ambiente, proporcionou a reestruturação de uma política indigenista, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara, bem como a primeira indígena, a deputada federal Joenia Wapichana, a assumir a presidência da Funai desde a sua fundação, em 1967.

-doença. Todos os depoimentos trazem um delineamento claro: os sistemas interpretativos de saúde (Justino, 2023: 55) apresentados pelos povos indígenas expandem-se para além do âmbito biológico. Elementos como territorialidade, cultura, espiritualidade, entre outros fatores, são acionados para a construção da experiência da saúde e da doença. No livro, essa construção diferenciada do processo saúde-doença reflete-se nos depoimentos de duas formas. Em primeiro lugar, com a reafirmação de que a luta por saúde é parte indissociável de outras batalhas, que se mesclam no correr da história de cada um dos ativistas entrevistados e de seus povos. “Como é que nós teremos saúde se não temos território? Se nosso território está todo invadido? A nossa saúde, primeiro, é o território desocupado, para que voltem a caça, a pesca, as frutas e nós possamos dizer que nós temos saúde. Voltar a ter cultura.”, afirma Lourenço Krikatí (2022: 173).

Em segundo lugar, a própria estruturação da saúde indígena como subsistema dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), sob várias perspectivas, exige uma atenção para as múltiplas formas do adoecer e do cuidado correspondente. Cada povo possui seus conhecimentos e práticas de saúde. Possuem seus doutores na arte e na ciência da cura, e é essa capacidade que é posta em negociação com a concepção científico-racional que rege a medicina.

Precisamos valorizar o saber indígena, buscando averiguar se aqueles sob nossos cuidados estão ao mesmo tempo sob tratamento tradicional. Isso serve para que tenhamos uma abordagem diferenciada e adequada ao momento. É um acolhimento. Penso que devemos ter esse olhar para ofertar uma atenção à saúde diferenciada e com qualidade. [...] Não adianta nada os DSEIs se matarem de trabalhar, quando, a nível central, não querem entender a política. Não adianta me pedir cumprimento de metas quando eles não cumprem uma meta simples, que é a nossa política indígena. Que é enxergar que eu tenho uma parteira, um curador, uma benzedeira ou quem conhece as raízes. Eles não conseguem enxergar a nossa política como sendo nossa (Gomes Pankararu, 2022: 203).

São diversos discursos que abordam as tensões na implementação de um sistema de saúde que não só respeite, mas que integre de maneira igualitária as práticas e conhecimentos de xamãs, pajés, parteiras e outros que se dedicam à cura em suas comunidades. Essa é uma questão central relacionada à dificuldade de implementação do Sistema de Saúde Indígena:

Acho interessante que essas transcendências sejam reconhecidas e conhecidas, porque o que está em questão é o contato entre vi-

sões de mundo, entre diferenças de cultura. Quando pensamos as possibilidades de colaboração entre os dois sistemas, acabamos nos confrontando com tanto desentendimento, desrespeito e aviltamento do outro, que quase nos convencemos de que esses dois sistemas não têm compatibilidade (Krenak, 2022: 56).

Intrinsicamente ligada à concepção ampliada de saúde, e em consonância com os saberes tradicionais, a relação profunda entre territorialidade e as construções de sentidos e significados de saúde se destaca no livro. Todos os discursos trazem o tema território como elemento central na construção da saúde indígena. “A nossa terra é o nosso corpo, é o nosso espírito”, repete constantemente Leticia Yawanawá (2022: 125).

Pensar nessa centralidade da ideia de territorialidade vai muito além da perspectiva econômica que, muitas vezes, permeia o senso comum. Território é o espaço do exercício da existência material e espiritual de um povo. É o lugar onde a cultura se realiza e onde se manifesta a ligação com o divino e o ancestral. Partindo de uma concepção totalizante da saúde, é no território que se “vive o bem viver”⁴:

A saúde não é só dar medicamento ou trazer para Rio Branco quando se está doente. Neste caso nós estamos trabalhando a doença e não a saúde. A saúde é o bem-estar, é terra demarcada, é viver bem, é não ter invasão nas nossas terras, um monte de coisas que ainda estão sendo aperfeiçoadas (Apurinã, 2022: 118).

A reflexão na militância é direta, como afirma Zezinho Kaxarari ao dizer que “naquela época, a luta e o grande foco das lideranças indígenas era a demarcação das terras. Porque a terra é o principal. Se você não tem terra, você não tem saúde, você não tem educação” (2022: 81). Já Célia Xakriabá aponta que o direito coletivo à saúde se manifesta a partir do território “Por isso as comunidades falam que o território é o local de onde irradiam os outros direitos, incluindo a saúde.” (Xakriaba; Terena, 2022: 328).

Desse modo, podemos perceber o quanto os interlocutores entendem como indissociável a luta por saúde da luta por acesso seguro à terra, já que esta última é o ponto focal de toda a existência. E é a luta por território e pelo direito de existência que vai proporcionar os elementos para o processo de auto-organização das diversas comunidades.

“Sem o movimento não se consegue”

A partir da trajetória individual de cada entrevistado, monta-se uma espiral temporal do processo organizativo de uma militância indígena

4. “Bem viver se afirma na simetria na relação entre indivíduo para com ele mesmo; entre indivíduo e sociedade e; entre indivíduo e planeta com todos seus seres, por mais equivocadamente insignificantes que possam parecer. A partir da harmonia destes três pressupostos é que se consegue estabelecer conexão e interdependência com a natureza da qual somos parte. Neste sentido, os povos indígenas demonstram um profundo respeito nestas relações, rompendo com a lógica capitalista e seu individualismo inerente” (Alcântara; Sampaio, 2018: 3).

que se faz presente – mas não se limita, como já observado – no campo da saúde. A construção de um movimento organizado, em uma perspectiva regional ou nacional, é a temática mais presente nos discursos e que dá o direcionamento objetivo da obra.

A metodologia escolhida para o trabalho, centrada nas experiências – que se equilibram entre vitórias e derrotas – dos interlocutores, torna esse ponto o mais rico de toda a obra. Ailton Krenak aponta o caminho de efetivação dos direitos dos povos indígenas para mostrar como a luta por um acesso à saúde que dialogasse com a perspectiva coletiva dos povos também funcionou como uma luta pela efetiva proteção do Estado e, em paralelo, da sua autonomia, vencendo a perspectiva tutelar:

Isso acontece porque o movimento indígena tomou a agenda da saúde como uma agenda integrativa da autonomia indígena e percebeu que não adiantava fazer uma luta política por terra e direitos se as pessoas não tinham segurança na saúde e não podiam contar, de maneira auxiliar, com o sistema de saúde de fora quando alguém não podia ser cuidado dentro da aldeia (Krenak, 2022: 64).

Krenak ainda apresenta um ponto interessante: a questão da saúde como direito dos povos indígenas e dever do Estado não era uma dimensão levada em consideração, inicialmente, nas discussões sobre a construção e efetivação dos direitos dos povos indígenas. Para ele, não havia a percepção do Estado como responsável pelo fornecimento de estrutura de prevenção, cuidado e tratamento ou mesmo como ente responsável diretamente ou indiretamente pelo surgimento de doenças. A doença era um assunto trabalhado a partir da cultura de cada povo, sem uma perspectiva política – pelo menos não uma aos moldes do homem branco. Ainda segundo o autor, essa percepção muda a partir das discussões de 1988.

A organização de uma atuação na esfera pública da saúde é descrita pelos interlocutores como consequência da necessidade de assegurar a efetivação dos direitos conquistados durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. Partindo da formação das associações regionais e das articulações nacionais (bem descritas nas falas de Ailton Krenak e de Davi Kopenawa, mas pontuadas em todas as narrativas), é possível perceber o movimento de setorialização da luta, com os diversos atores conquistando espaços nas estruturas decisórias e de execução das políticas de saúde. Destacam-se aqui os diversos relatos sobre o con-

trole social da saúde indígena, principalmente abordando a representação indígena nos conselhos distritais e o processo de gestão dos recém implementados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

E é justamente sobre esse último ponto que alguns discursos convergem. A experiência de gestão das DSEIs por parte de entidades indígenas, em alguns casos, foi apontada como extremamente problemática: embates com a política institucional, falta de experiência e formação administrativa adequada, recursos escassos, uma estruturação que afrontava princípios territoriais e culturais dos diversos povos, disputas internas, entre outros motivos apontados como elementos para a falha no processo de gestão:

A maior dificuldade foi na parte administrativa. Nós não éramos uma empresa. Éramos uma ONG que tinha um determinado tempo para executar aquele recurso. Era uma organização indígena fazendo o papel de uma empresa. Isso abalou muito a organização. Tirou o foco do perfil do movimento indígena. Tínhamos uma dupla função: cobrar e ao mesmo tempo executar (Kaxarari, 2022: 93).

Aqui é preciso destacar a participação das mulheres indígenas no planejamento e execução das políticas de saúde indígena. Os depoimentos das quatro lideranças femininas entrevistadas convergem na busca pela valorização dos saberes tradicionais e daqueles que os guardam e utilizam: xamãs, pajés, parteiras, erveiros etc. Todas concordam que é imperioso que o Sistema de Saúde Indígena trabalhe a partir de uma base integrativa entre os conhecimentos científicos e os saberes médicos tradicionais.

Outro ponto abordado pelas entrevistadas diz respeito à formação de diversas organizações de mulheres, que visavam tanto a manutenção dos saberes tradicionais dos povos, como também lidavam e lidam com situações que apresentam especificidades maiores, como violência de gênero, saúde da mulher e da gestante. É também das mulheres a dianteira sobre a discussão da soberania alimentar e como isso impacta diretamente na saúde da população indígena:

E por que a segurança alimentar? Vimos que nas aldeias indígenas – não em todas, mas em muitas –, se não tivermos o cuidado, o nosso povo só come comida industrializada, enlatada. (...) Hoje você vê o suco de pacote, amanhece o dia e você vê a criança comendo aquele isoporzinho amarelo. A gente também observa que os nossos velhos morriam com cento e poucos anos e hoje você vê mulheres e homens morrendo com 50, 60 anos, com hipertensão, diabetes. Isso não existia no nosso meio! (Yawanawá, 2022: 125).

“Fazer a luta não mais com a flecha, mas sim com a caneta”

Por fim, chega-se ao último capítulo do livro. Em uma leitura apressada, o trecho final se resumiria a uma síntese dos vários elementos presentes nos capítulos anteriores. Mas ele ainda possui outra função: a passagem de bastão. Partindo de uma reflexão que se desenvolve enraizada nas vivências e trajetórias das diversas lideranças que deram voz ao livro, Célia Xakriabá e Eloy Terena apontam a necessidade de as novas gerações assumirem os postos de liderança em uma luta que nunca cessa.

Célia – eleita deputada federal no ano de 2022 – e Eloy – advogado e antropólogo – rememoram parte de seus caminhos trilhados como lideranças que fizeram a ponte entre o espaço da academia e o chão do território. Caminhos esses marcados muitas vezes pela precariedade e pelo racismo que ainda persiste nos espaços de conhecimento científico. Porém, como Célia Xakriabá afirma, há um chão que sustenta a luta:

Nós só conseguimos escrever nossos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses porque, além de firmarmos a mão na caneta, permanecemos com nossos pés firmes no chão do território, vivendo, caminhando e lutando lado a lado com as lideranças. Esse modo coletivo de construir conhecimento enraizado, embora seja doloroso, é o que nos diferencia. Nós fazemos “lualitura”, “antropolitura”, “cosmolitura”, “espiritolitura” e contra o epistemicídio lutamos com a nossa borduna do pensamento e o argumento ancestral (Xakriabá; Terena, 2022: 324).

Cada uma das temáticas-chave do livro é abordada traçando pontes com a situação atual da luta por direitos. Ambos seguem apontando tanto para o passado como para o futuro. Ao se voltarem ao passado, destacam a antiguidade do movimento indígena na luta por direitos e como ele vem se adaptando às diversas idas e vindas do Estado. E, olhando para o futuro, evidenciam a luta perene por direitos que, mesmo marcados na Constituição, ainda carecem de uma efetividade no dia a dia das populações.

“Temos que começar a documentar nossos pensamentos para ver se realmente dá certo”

No livro *Antropologia, para que serve?* Tim Ingold, refletindo sobre a tarefa do campo de saber antropológico, diz que a função desse é “restaurar o equilíbrio, moderar o conhecimento transmitido pela ciência com a sabedoria da experiência e da imaginação” (Ingold, 2019: 11). A

construção da Antropologia a partir dessa perspectiva eliminaria a tendente subalternização que objetifica e precariza os corpos, tornando-os apenas “corpos-suportes” das informações a que nós, “homens da ciência”, dispomos através de um “extrativismo e escravismo epistêmico” (Tupinambá; Apurinã, 2020).

Vozes indígenas é um livro múltiplo. Essa multiplicidade não se encontra apenas relacionada à escolha dos diversos interlocutores que se apresentam ao longo de suas quase 400 páginas. Sua multiplicidade está enraizada no todo, da forma ao conteúdo. Sua gestação, desde o projeto de pesquisa do qual deriva, estabelece como meta um compromisso com a diversidade: de vozes, de perspectivas, de temas e significados.

O projeto gráfico é um capítulo à parte, merecendo um destaque pouco comum às obras acadêmicas. Dois elementos se destacam: primeiramente, a diversidade de tons de verde escolhida tanto para a parte textual (variando a cada capítulo) como para as folhas pré e pós-textuais, representam a diversidade de povos e florestas. Acompanhando a proposta, as artes internas são de autoria do artista visual Gustavo Caboco, pertencente à etnia Wapichana. Seus desenhos traçam um diálogo entre a medicina tradicional e as práticas biomédicas, representando elementos que transitam entre essas duas dimensões do curar/cuidar. Uma das ilustrações mais impactantes, na página 301, é a que ilustra uma capa da Constituição Brasileira com a imagem da célebre fotografia de Tuíra Kaiapó enfrentando, de facão na mão, os dirigentes da Eletronorte.

A grandeza dessa obra reside na apreensão das diversas perspectivas sobre o fazer da saúde indígena, seja como luta diária de construção de uma relação intercultural entre a medicina tradicional de cada etnia e a biomédica, seja como luta política por reconhecimento do direito a uma existência digna e pela implementação de todo um arcabouço protetivo. Desse modo, a percepção é de que ele é um documento mais amplo: é histórico, político e antropológico.

Esse é um documento histórico por reconstruir com maestria uma trilha fragmentada que se sobrepõe em diversos aspectos, elucidando o papel decisivo de homens e mulheres que construíram, com suas vidas, trajetórias essenciais na luta indígena. Aqui, destacamos mais uma vez o caráter contra-hegemônico da obra. Como dito anteriormente, as narrativas históricas, construídas a partir da junção de

forças entre Estado, setores agroextrativistas e parte do campo acadêmico, apresentavam os povos indígenas como indivíduos incapazes de dirigir seus próprios destinos e de gerar um conhecimento válido sob o ponto de vista científico (Urquiza; Calderoni, 2015). Isso acarretou um cenário de tutela ineficiente por parte do Estado e tutela epistemológica dos conhecimentos ancestrais, que só ganhavam validade a partir da intermediação cultural de pesquisadores. Ao apresentar uma nova perspectiva – ainda que dentro da estrutura racional-científica de um livro acadêmico – este empreendimento auxilia em um resgate múltiplo de biografias, conhecimentos e lutas.

É a partir dessa perspectiva que florescem as outras faces desta obra. Como precisamente afirma a professora Adriana Santos, em outra resenha deste livro:

Reconhecer os conhecedores, restituir-lhes a autoria da trajetória e do conhecimento produzido e tornar visível sua contribuição ao movimento de luta pela saúde são gestos simultaneamente epistemológicos e políticos, que ativamente rompem com o silenciamento colonial (Santos, 2023: 2).

Como documento antropológico, ele cumpre a função de ponto de reflexão e debate sobre formas diversas de produção e prática do conhecimento, sustentadas numa apreensão de um mundo coletivo, compartilhado, e que respeita a diversidade humana. Já como documento político, ele reafirma a defesa intransigente da diversidade do mundo: de cores, de gêneros, de culturas, de cosmologias. Ele é a retomada de múltiplas vozes que, como já foi dito aqui, foram por muito tempo silenciadas, nos púlpitos, nas praças, nos espaços de poder e de produção do conhecimento. E essa retomada, como nos apontam todos os envolvidos na obra, será duradoura.

Referências

Alarcon, Daniela Fernandes; Cruz, Felipe Sotto Maior; Pontes, Ana Lúcia de Moura; Santos, Ricardo Ventura (Orgs.). 2022. 'A Gente Precisa Lutar de Todas as Formas': Povos Indígenas e o Enfrentamento da Covid-19. São Paulo: Editora Hucitec e Rio de Janeiro: Abrasco.

Alcantara, Liliane Cristine Schlemmer; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. 2017. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. *Rev. Rup.*, San Pedro de Montes de Oca, 7 (2): 1-31. http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662017000200001&lng=en&nrm=iso.

Apurinã, Chico. "Saúde é terra demarcada". In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 98 - 119.

Apurinã, Kuawa Kapukaya; Tupinambá, Awamirin. 2022. "E seremos nós que falaremos sobre nós? - Antropologias indígenas: miragens e reflexões nas encruzilhadas de um debate político - epistêmico ainda pendente". In: Apurinã, Kuawa Kapukaya; Scandola, Estela Márcia Rondina (orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: direitos, políticas sociais e resistências*. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 335-382.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Organizações brasileiras denunciam políticas anti-indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Conselho Indigenista Brasileiro*, Brasília, 20 set. 2017. Internacional, s. p. <https://cimi.org.br/2017/09/organizacoes-brasileiras-denunciam-politicas-anti-indigenas-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>.

Gomes Pankararu, Ivani. "Valorizar o saber indígena". In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 186 - 203.

Ingold, Tim. 2019. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Editora Vozes.

Justino, Gilliard de Oliveira. 2016. "Jurema, sua folha cura e sua flecha mata": os sentidos de saúde e doença na Jurema Sagrada. Dissertação de Mestrado, UFCG, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Kaxarari, Zezinho. "Não somos de ninguém". In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 70 - 97.

Krenak, Ailton. "Quando o povo indígena descobriu o Brasil". In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 36 - 69.

Krikatí, Lourenço. "Saúde é voltar a ter cultura". In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte, Piseagrama, p. 166 - 185.

Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama.

Santos, Adriana Rosa Cruz. 2023. Vozes indígenas na saúde: retomando territórios de fala na silenciosa noite colonial. *Cadernos de Saúde Pública* 39(7): 1 - 3. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT080323>.

Urquiza, Antônio H. Aguilera; Calderoni, Valéria A. M. O. 2015. A influência dos Estudos Culturais para a construção dos diferentes olhares e saberes sobre os povos indígenas. *Cadernos de Estudos Culturais* 13 (7): 9 – 22. <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/issue/view/283>

Xakriaba, Célia; Terena, Luiz Eloy. “Herdamos a luta”. In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 304 - 361.

Yawanawá, Letícia. “Conhecer as plantas, ouvir as mulheres”. In: Pontes, Ana Lúcia de Moura; Hacon, Vanessa; Terena, Luiz Eloy; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). 2022. *Vozes indígenas na saúde: Trajetórias, memórias e protagonismos*. Belo Horizonte: Piseagrama, p. 120 - 137.